

Senado aprova Flávio Dino, ministro de Lula, para STF

DA SABATINA AO PLENÁRIO

# DINO NO STF

## Ministro da Justiça é aprovado por 47 votos a 31, em um dos placares mais apertados desde a redemocratização

CAMILA TURTELLI, DANIEL GULLING, MARIANA MUNIZ E MARLEN COUTO

Dezesseis dias depois de ter sido indicado por Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, foi aprovado ontem pelo Senado a uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), em um dos placares mais apertados desde a redemocratização: 47 votos a favor — seis a mais do que o necessário — e 31 contra. Um dos principais quadros da esquerda, aliado político do presidente há três décadas e conhecido pelos embates com a oposição, Dino enfrentou cenário diferente de Cristiano Zanin, o primeiro escolhido pelo petista em seu terceiro mandato, que recebeu o apoio de 58 dos 81 senadores. Ontem, o subprocurador-geral da República Paulo Gonet também foi aprovado para comandar a Procuradoria-Geral da República (PGR), com 65 votos a 11. (Leia mais na página 10)

Mais cedo, por cerca de dez horas, ambos foram sabatinados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e aprovados pelo colegiado, em formato inédito para indicações ao STF e à PGR. Eles responderam, lado a lado, a perguntas dos parlamentares, em audiência menos tensa do que sinalizava a oposição. No final da noite, o futuro ministro do STF agradeceu a confiança do presidente e dos senadores e disse “feliz e honrado”.

Desde que teve seu nome escolhido por Lula, Dino passou a condição de alvo preferido de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Com isso, na CCJ, ele foi o indicado que passou no colegiado com mais votos contrários desde a redemocratização: dez senadores. Outros 17 foram favoráveis. O patamar é parecido com o de André Mendonça, o “terrivelmente evangélico” alçado por Bolsonaro. Em 2021, o placar no colegiado fechou em 18 a 9. Já Zanin recebeu 21 votos a favor da sua indicação, e cinco contrários. No plenário, Mendonça também teve 47 apoios, mesmo número de Dino, e 32 votos contrários. O histórico, contudo, joga a favor dos postulantes a magistrado da Corte Suprema. A única vez que uma indicação para o STF foi reprovada ocorreu durante o governo Flávio Peixoto, em 1894.

Como o voto é secreto, senadores se dividiram entre aqueles que revelaram qual seria sua posição em plenário e os que se reservaram ao direito de manter a opção em sigilo.

Com aprovação de Dino, a Corte — composta por 11 ministros — voltará a ter sete magistrados indicados durante governos do PT. Dino passou a ser cotado à vaga



Percepções. Conhecido pelos embates com a oposição, Dino enfrentou mais dificuldades do que Cristiano Zanin, o primeiro indicado por Lula neste mandato

### A APROVAÇÃO DOS ATUAIS MINISTROS DO STF NO SENADO

Ministro	2002	2006	2009	2011	2013
<b>Presidente que indicou</b>	FERNANDO HENRIQUE	LULA	LULA	DILMA ROUSSEFF	DILMA ROUSSEFF
<b>Votação no plenário</b>					
A FAVOR	57	55	58	68	59
CONTRA	15	1	9	2	6
ABSTENÇÃO	0	0	3	0	0
<b>Votação na CCJ</b>					
A FAVOR	16	23	20	23	26
CONTRA	6	0	3	0	1
ABSTENÇÃO	0	0	0	0	0
<b>TEMPO DE SABATINA</b>	4h54m	2h44m	7h21m	6h31m	7h36m
<b>QUANDO SE APOSENTA</b>	2030	2029	2042	2028	2033
UF	MT	MG	SP	RJ	RJ
RELIGIÃO	Católico	Católico	Católico	Judeu	Judeu

Ministro	2015	2017	2020	2021	2023	2023
<b>Presidente que indicou</b>	DILMA ROUSSEFF	MICHEL TEMER	JAIR BOLSONARO	JAIR BOLSONARO	LULA	LULA
<b>Votação no plenário</b>						
A FAVOR	52	55	57	47	58	47
CONTRA	27	13	10	32	18	31
ABSTENÇÃO	0	0	1	0	0	0
<b>Votação na CCJ</b>						
A FAVOR	20	19	22	18	21	17
CONTRA	7	7	5	9	5	10
ABSTENÇÃO	0	0	0	0	0	0
<b>TEMPO DE SABATINA</b>	12h39m	11h39m	10h00	08h00	07h42m	10h35m*
<b>QUANDO SE APOSENTA</b>	2033	2043	2047	2047	2050	2043
UF	RS	SP	PI	SP	SP	MA
RELIGIÃO	Católico	Católico	Católico	Evangélico	Católico	Católico

\* Sabatina conjunta com o indicado para a PGR

da Justiça também afirmou que a presença de políticos em supremas cortes não é incomum e citou exemplos do Brasil e dos Estados Unidos. (Leia mais na página 6)

—Aqui e alhures, não é estranha a presença de políticos e políticas nas supremas cortes — alegou. — Invoco essa tradição para dizer que me sinto muito confortável de aqui estar nessa dupla condição.

A indicação de Dino segue o mesmo critério da indicação anterior de Lula: uma pessoa de sua mais extrema confiança. Zanin era advogado do presidente. A oficialização do nome, contudo, demorou. Rosa Weber se aposentou há mais de dois meses, no fim de setembro.

Desde que Rosa deixou o tribunal, outros dois nomes eram constantemente lembrados por auxiliares de Lula no Palácio do Planalto: o advogado-geral da União, Jorge Messias, com apoio do PT, e presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, defendido por lideranças do Congresso, como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Já Dino contou com o respaldo de ministros do Supremo, como Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes.

### TESTADO NO MINISTÉRIO

À frente da pasta da Justiça e Segurança Pública por quase um ano, Dino foi testado logo no início do mandato ao coordenar as respostas aos ataques do dia 8 de Janeiro. Aos senadores, disse que não houve omissão do governo, uma das acusações mais repetidas entre bolsonaristas durante o ano, inclusive sendo o motivo da instalação da CPI dos Ataques Antidemocráticos.

Dino ainda não havia completado um mês no cargo quando anunciou, no fim de janeiro, que havia determinado à Polícia Federal que investigasse a possibilidade de Bolsonaro ter cometido genocídio de povos indígenas durante seu governo. Ao longo de sua gestão, bateu recorde no número de pedidos de instauração de inquéritos à PF.

Recentemente, participou das discussões para a decretação de operação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para enfrentar a crise de Segurança Pública no Rio, com operações em portos, aeroportos e fronteiras.

O Senado também aprovou ontem a indicação de Leonardo Magalhães para comandar a Defensoria Pública da União (DPU). Magalhães foi o segundo nome indicado por Lula neste ano para o cargo. No final de outubro, Igor Rogério, que foi o primeiro indicado, teve sua escolha barrada pelos senadores, o que gerou um crise entre a Casa e o Executivo.

em setembro passado, às vésperas da aposentadoria de Rosa Weber, indicada ao STF pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Com a saída dela, o STF ficou com seis membros indicados por presidentes petistas: Cármen Lúcia (2006), Dias Toffoli (2009) e Cristiano Zanin, nomeados por Lula; e Luiz Fux (2011), Luís Roberto

Barroso (2013) e Edson Fachin (2015), escolhidos por Dilma Rousseff.

Gilmar Mendes (2002) chegou ao tribunal por meio da indicação feita por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), enquanto Nunes Marques (2020) e André Mendonça (2021) tomaram posse durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL).

Com 55 anos, Dino atuou

como juiz federal por quase uma década. Antes, ainda jovem, ingressou na política. O magistrado também foi governador do Maranhão por dois mandatos, deputado federal, presidente da Embratur e eleito senador em 2022, mandato do qual estava licenciado. Durante os questionamentos feitos pela CCJ, sinalizou que não deve mais retornar

à política, já que, no seu “planejamento”, pretende ficar na Corte até 2043, quando completará 75 anos, idade em que os ministros da Corte são aposentados compulsoriamente.

Na sabatina, Dino fez brincadeiras, demonstrou bom humor e conseguiu sair de saias-justas impostas por perguntas espinhosas dos adversários. O ministro

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

**Seção:** Política **Página:** 4